



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
GABINETE DA PREFEITA**

LEI MUNIIPAL Nº 617, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

CRIA O PROGRAMA CUIDADORES EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PILAR – ESTADO DA PARAÍBA.

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE PILAR, ESTADO DA PARAIBA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º *Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação do Município de Pilar o **Programa Cuidadores Educacionais** para atender com cuidadores as necessidades das escolas da rede Pública municipal de ensino de Pilar.*

Art. 2º *Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, a título de bolsa, aos Cuidadores que irão atuar no Programa Cuidadores da rede municipal de ensino de Pilar.*

I - O número de bolsas de que se trata esta lei será determinado mediante demanda da Secretaria Municipal de Educação em decorrência de atendimento aos estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculados em escolas da rede municipal de ensino.

II - As bolsas destinadas aos Cuidadores Escolares terão valor de 1.000,00 (um mil reais) para uma jornada de 22 (vinte duas) horas semanais.

Art. 3º *Para concorrer a vaga de Cuidador Educacional o candidato deve cumprir, cumulativamente, as seguintes condições:*

- I. Comprovar residência no município de Pilar.*
- II. Ser maior de 18(dezoito) anos;*
- III. Não ser atendido por programa social, bolsa, aposentadoria ou qualquer tipo de benefício do governo federal, estadual ou municipal;*
- IV. Ter curso de formação na área de atuação*



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
GABINETE DA PREFEITA**

LEI MUNIIPAL Nº 617, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

Art. 4º O Programa Cuidadores Educacionais tem como objetivo promover a permanência e o sucesso do aluno na escola, efetivando os princípios da inclusão educacional.

Art. 5º Compete ao Cuidador Escolar

- I. Cumprir com zelo e responsabilidade o que preconiza a Nota técnica nº 19/2010-MEC/SEESP/GAB;
- II. Prestar auxílio individualizado às atividades de locomoção, higiene e alimentação aos alunos, zelando pelo bem estar, saúde, cultura, recreação e lazer, em sala de aula e/ ou no intervalo de acordo com as necessidades e especificidades apresentadas pelo aluno;
- III. Dispor de cuidado aos alunos de acordo com as necessidades e/ ou deficiências apresentadas para evitar possíveis acidentes e transitar com segurança nas dependências físicas do ambiente escolar;
- IV. Auxiliar os alunos, mediante orientação da equipe escolar, nas diversas atividades pedagógicas da escola;
- V. Observar o aluno na chegada e saída da instituição escolar, identificando suas vestimentas e pertences pessoais, bem como informar quaisquer fatos relevantes à gestão da escola;
- VI. Auxiliar na promoção de ações de socialização e integração harmoniosa entre os alunos;
- VII. Estimular o desenvolvimento do aluno, respeitando os seus valores, sua individualidade, sua faixa etária e seus diferentes níveis de evolução física, emocional, cognitiva e social, considerando suas necessidades e limitações;
- VIII. Realizar, estimular, controlar e acompanhar a ingestão de líquidos e alimentos variados, observando as orientações da família e prescrição de especialistas, de acordo a necessidade individual do aluno;
- IX. Ajudar na elaboração dos recursos pedagógicos específicos do aluno;
- X. Colaborar na realização das adequações curriculares, favorecendo a aprendizagem do aluno;
- XI. Observar e informar ao professor e a gestão escolar, qualquer reação estranha ao aspecto físico do aluno;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
GABINETE DA PREFEITA**

LEI MUNIIPAL Nº 617, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

XII. Controlar e acompanhar, se caso necessário, o horário e ingestão de medicamentos, sob a coordenação da gestão da instituição escolar, a orientação da família e prescrição de especialista;

XIII. Acompanhar integralmente o aluno no decorrer de todas as atividades propostas na instituição escolar, sob coordenação do professor e da Gestão da escola.

XIV. Cumprir com zelo e responsabilidade suas atribuições junto ao aluno, em consonância com as diretrizes Municipais e a Legislação vigente.

Art. 6º *Além das atribuições definidas no artigo 5º desta lei, os Cuidadores Educacionais sempre que convocados, devem passar por processo contínuo de formação oferecido pela Secretaria Municipal de Educação*

Art. 7º *Os bolsistas do Programa Cuidadores Educacionais atuarão nas Escolas Municipais conforme definido pela Secretaria Municipal de Educação.*

Art. 8º *Durante o período de férias e recesso da rede pública escolar do município os Cuidadores Educacionais não receberão os valores da bolsa de que trata esta lei.*

Art. 9º *O processo de seleção para a escolha dos Cuidadores Educacionais de que se trata esta lei será via seleção pública simplificada e regido exclusivamente por edital expedido pela Prefeitura Municipal de Pilar e/ou Secretaria Municipal de Educação, ficando excetuados os que foram classificados em processo realizado para a categoria, convocados para a extinta função de Profissional de Apoio Escolar, através da Portaria nº 039 de 14 de março de 2025, que exercerão a atividade ora regulamentada, cabendo processo seletivo para as vagas que surgirem com o início do não letivo de 2026.*

Art. 10º *A avaliação do programa e dos bolsistas deve ocorrer a cada 50 (cinquenta) dias letivos e deve ser realizado pela escola e equipe pedagógica da secretaria de educação.*

Parágrafo único. *Para continuar fazendo jus o direito a bolsa o bolsista precisa receber uma nota igual ou superior a 60% do máximo exigido na avaliação.*



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
GABINETE DA PREFEITA**

LEI MUNIIPAL Nº 617, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

Art. 11º *As bolsas de que trata esta lei terão duração máxima de 12(doze) meses, com prorrogação por igual período.*

Art. 12º *As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotação próprias consignadas no orçamento vigente do Poder Executivo Municipal.*

Art. 13º *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal de nº 607, de 20 de fevereiro de 2025 e quaisquer disposições em contrário.*

Gabinete da Prefeita Constitucional de Pilar – Estado da Paraíba, 20 de outubro de 2025.

**PATRÍCIA RODRIGUES SILVA OLIVEIRA DE FARIAS
PREFEITA CONSTITUCIONAL**